

FEMINISMOS, EPISTEMOLOGIA FEMINISTA E HISTÓRIA DAS MULHERES: LEITURAS CRUZADAS

*Diva do Couto Gontijo Muniz**

Resumo: Uma reflexão histórica sobre os domínios da História das Mulheres no Brasil é o tema tratado nesse artigo. É um esforço de historicização de sua constituição como área de conhecimento no campo da História e da historiografia brasileira. Para tal, priorizei as relações que me parecem incontornáveis entre feminismos, epistemologia feminista, História e História das Mulheres. Enfoco a crítica feminista à ciência e à cultura e suas ressonâncias nas Ciências Humanas, e na História em particular, traduzidas nos deslocamentos ali operados que viabilizaram a inclusão das mulheres como sujeito/objeto das narrativas históricas. Identifico as principais direções, algumas delas concomitantes, no/do movimento da historiografia das mulheres inscrito na historiografia brasileira.

Palavras-chave: Epistemologia; Feminismos; História das Mulheres; Historiografia Brasileira.

* Doutora em História, professora da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.
E-mail: divamuniz@brturbo.com.br

FEMINISMS, FEMINIST EPISTEMOLOGY AND WOMEN'S HISTORY: CROSS-READINGS

Abstract: The subject of this article is a historical reflection on the fields of the Women's History in Brazil. It's an effort of historicizing of its constitution as an area of knowledge in the field of History and the Brazilian historiography. To this end, I prioritized relations, which seem to me essential, among feminisms, feminist epistemology, History and Women's History. I focused on the feminist criticism of science and culture and its resonances in Humanities, and History, in particular, translated into displacements there operated to enable the inclusion of women as a subject/object of historical narratives. I identify the main directions, some of them concomitant, in/on the historiography of women's movement registered in the Brazilian historiography.

Keywords: Epistemology; Feminisms; Women's History; Brazilian Historiography.

FEMINISMOS, EPISTEMOLOGÍA FEMINISTA Y HISTORIA DE LAS MUJERES: LECTURAS CRUZADAS

Resumen: Una reflexión histórica sobre los campos de la Historia de las Mujeres en Brasil es el tema que se aborda en este artículo. Es un esfuerzo de historización de su constitución como área de conocimiento en el campo de la Historia y de la historiografía brasileña. Con este fin, la prioridad fueran las relaciones que parecen inevitables entre feminismos, epistemología feminista, Historia y Historia de las Mujeres. La atención se centra en la crítica feminista de la ciencia y la cultura y sus resonancias en el ámbito de las Humanidades, y en la Historia en particular, que se traducen en los desplazamientos que hicieron posible la inclusión de las mujeres como sujeto/objeto de las narrativas históricas. Identifico las principales direcciones, algunas de ellas concomitantes, en el movimiento de la historiografía de las mujeres inscrito en el movimiento de la historiografía brasileña.

Palabras clave: Epistemología; Feminismos; Historia de las Mujeres; Historiografía Brasileña.

Início a reflexão sobre o tema proposto, cumprindo uma exigência que me parece incontornável do ofício: a de explicitar minha localização no espaço acadêmico, e no mundo em geral, como mulher, professora, pesquisadora, historiadora, feminista e cidadã. Longe de mim, a intenção de buscar fundamentar minha identificação em uma essência ontológica, uma unidade coerente em torno da noção a-histórica, fixa e estável, nomeada como “mulher”. Ao contrário. Penso justamente nela como “categoria heterogênea, construída historicamente por discursos e práticas variados, sobre os quais repousa o movimento feminista” (COSTA, 1998, p. 138). Mulher, pensada, portanto na acepção ampla de posição política, posicionada no campo movediço instável e arriscado da ação e reflexão dos estudos feministas. Mulher, tal como compreendida por Teresa de Lauretis, “mais um projeto político do que uma descrição de uma realidade” (LAURETIS, 1994, p. 36). Enfim, como uma identidade politicamente assumida, a qual está invariavelmente ligada aos lugares social, cultural, geográfico, econômico, racial, sexual, geracional etc., que ocupamos e a partir do qual lemos e interpretamos o mundo.

Reconhecer-se como “feminista” é atitude que, lamentável e incompreensivelmente, e também compreensivelmente, ainda causa certo desconforto e até mesmo algum constrangimento em quem assim se identifica. E isso não se dá por acaso, mas em razão do preconceito, descabido, mas ainda existente em nossa sociedade em geral, e no campo da história em particular, em pleno século XXI. Feminista, afinal, é palavra negativamente significada, e esta conotação pejorativa produz os efeitos de estranhamento, recusa silenciamento e até mesmo explícita oposição por parte de muitos gregos e também de várias troianas. Justamente entre as mulheres, de quem se espera não a adesão, incondicional ou não, mas pelo menos, receptividade e/ou cumplicidade junto ao projeto feminista de transformação das relações humanas, observa-se o distanciamento, o receio de serem com eles identificadas. É no mínimo estranha a reação, pois, afinal, os feminismos são movimentos sociais e políticos que, em sua multiplicidade e heterogeneidade, compartilham o objetivo comum de emancipação das mulheres, de conquista de seus direitos de espaço de fala e lugar de sujeito na política, na sociedade, na ciência e na cultura.

Em torno dessa agenda política mais ampla, os feminismos se organizaram e atuaram combativamente, por meio de múltiplas e diferentes estratégias, desde sua “primeira onda” no século XIX, e nas que lhe sucederam, nos séculos XX e XXI, em defesa de mudanças sociais. Estas incluíam, inescapavelmente, conquistar para as mulheres a igualdade de condições no mundo do trabalho, da educação, da política, da ciência e da cultura. Não se pode negar que o aporte teórico produzido pela crítica feminista, denunciando e expondo o sexismo operante na estruturação do saber, das ciências e das relações sociais, responde por mudanças e/ou deslocamentos nesses campos e dimensões. Contemporaneamente, os feminismos, em diferentes espaços e temporalidades, mobilizam a sociedade em torno do projeto político de respeito à diferença e de escolha de todo ser humano, particularmente as mulheres, ainda, total ou parcialmente, privadas, discriminadas e excluídas desses direitos. Direito de escolha

de cada uma sobre seu corpo, sexualidade, reprodução, desejo, prazer, trabalho, profissão, saúde, afetos etc. Enfim, sobre sua vida.

Reafirmar, nos dias de hoje, a importância histórica e política dos feminismos pode parecer, no mínimo, uma atitude ultrapassada, saudosista e/ou anacrônica. Todavia, a escolha desse viés é intencional. Primeiro, porque entendo que ele é indispensável para pensar o tema proposto: epistemologia feminista, gênero e História das Mulheres. Entendo que não é possível falar dele sem estabelecer relações com os feminismos, suas lutas, seus confrontos, suas negociações e conquistas, suas críticas à cultura, traduzidas em um aporte teórico potencialmente desestabilizador no campo do conhecimento. Além disso, e por conta disso, no ato em que relembro, estou realimentando a memória, e, ao mesmo tempo, reafirmando a historicidade daqueles movimentos e de nossa localização no mundo como sujeitos “engendrados”, isto é, como sujeitos sociais constituídos no gênero, na aceção dada por Lauretis, que é a de

[...] um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito “engendrado” não só na experiência das relações de sexo, mas também nas de raça e classe; um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido. (LAURETIS, 1994, p. 208)

No ato em que me reconheço sob aquelas múltiplas identificações, dentre elas a de historiadora e feminista, estou expressando também minha posição teórica, meu entendimento de que nenhuma ciência é neutra e desinteressada. A História, assim como os demais saberes, é elaborada a partir de suas condições de possibilidade e de imaginação para a investigação. O discurso historiográfico não é uma construção apolítica, não posicionada, mas se encontra atravessado por relações de poder; é um campo em litígio, tensionado pelas disputas em torno do controle da leitura do passado de modo a controlar a visão do presente, como lucidamente avalia Salgado Guimarães (2000, p. 12). É um discurso posicionado, interessado em domesticar o passado a partir das ideias, valores, visões de mundo, interesses e significados de quem o elaborou, individual e coletivamente. Como nos ensina Certeau (2006, p. 32), a escrita da história, a historiografia, é uma operação que envolve um lugar social, uma disciplina, um modo de fazer com suas regras, técnicas e procedimentos de pesquisa, e um produto, traduzido sob a forma de um texto, uma narrativa.

Entendo, assim, que a pesquisa histórica, e não apenas a pesquisa histórica feminista, é prática posicionada e comprometida: ela fala a partir de um dado lugar social e sob o modo de ver, interesses, experiências e expectativas de quem a realiza. A pesquisa histórica feminista é, porém, assumidamente interessada, pois quem a realiza nos aparece “não como uma autoridade invisível, ou anônima, mas como um indivíduo real, histórico, com desejos e interesses concretos e específicos”, como defende Harding (1987, p. 09). O caráter particularista, ideológico, racista e sexista da ciência foi denunciado e exposto pela crítica feminista. As estreitas relações entre poder e saber foram expostas na operacionalidade do saber ocidental que, fundamentado nos pressupostos de neutralidade, objetividade e universalidade, defende um campo e uma forma de produção do conhecimento que é, porém,

particularista e excludente. As reflexões feministas questionaram, de modo contundente, o modo dominante de produção do conhecimento científico pensado e praticado no masculino, centrado no

[...] conceito universal de homem, que remete ao branco/heterossexual/civilizado/do primeiro mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência. Da mesma forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação as femininas, o mundo privado sendo considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental. (RAGO, 2000, p. 25)

O movimento de crítica feminista à ciência e à cultura encontra-se localizado em um tempo em que se processaram profundas mudanças e destabilizações nos sistemas de pensamento que informam as leituras do social, operadas a partir da Segunda Guerra Mundial. Os feminismos participaram – e em muitos aspectos provocaram – a/da ampla crítica cultural e teórica aos modelos de conhecimento dominantes nas Ciências Humanas, ao lado de áreas de conhecimento como a Psicanálise, a Hermenêutica, a Teoria Crítica Marxista, o Desconstrutivismo e o Pós-Modernismo.

Há uma convergência entre esses saberes na crítica que fazem à razão, à identidade, ao sujeito, categorias e lógicas que se apresentam como universais, mas que são excludentes, pois não dão conta de pensar a diferença. Noções de objetividade e neutralidade, que garantiam a veracidade do conhecimento, foram questionadas e invalidadas, nesse mesmo movimento em que também se denuncia o “quanto os padrões de normatividade científica são impregnados por valores masculinos, raramente filóginos” (RAGO, 2000, p. 25).

O aporte teórico produzido pelos feminismos, dentro e fora da academia, é abrigo e orientação indispensáveis para pensar as relações entre epistemologia feminista, História e História das mulheres. As problematizações e reflexões operadas no interior dos movimentos feministas e das mulheres desafiaram, reconhecidamente, a própria forma de fazer ciência até então hegemônica e respondem pela produção de uma epistemologia própria, reconhecida como Estudos Feministas. Estes, desde sua emergência, em suas múltiplas vias, lugares de produção, direções e projeções, apresentam-se, como ressalta Descarriès (2000, p. 11),

[...] como críticas epistemológicas dos vieses sexistas do saber e de sua pretensa neutralidade; como refutações dos métodos teóricos dominantes, propostos para pensar e dizer as mulheres e suas vidas; como interrogação sobre a condição das mulheres e sua posição na história; como reflexões políticas engajadas em prol de um ideal democrático e de transformação das instituições sociais que legitimaram e atualizaram, no decorrer do tempo, a construção social e cultural dos sexos.

Não obstante o contemporâneo reconhecimento da área de pesquisas e estudos feministas, não há, porém, um consenso entre suas pesquisadoras quanto à pertinência, importância e mesmo utilidade de uma nova ordem explicativa do mundo. Questionamentos são feitos no interior dos feminismos acerca da contradição inerente ao projeto de uma epistemologia própria, de criação de mais um conjunto de regras para controlar o pensamento, e a denúncia e combate que a crítica feminista dele faz. A proposta divide as teóricas feministas,

e também as aproxima, pois há um esforço comum de pensar/repensar a relação entre poder e saber na produção do conhecimento sem incorrer, porém, no risco de reafirmação da “essência feminina”, do fundamento biológico das identidades sociais.

Penso que a crítica feminista “deve encontrar seu próprio assunto, seu próprio sistema, sua própria teoria, e sua própria voz”, tal como defende Showalter (1994, p. 29), como condição mesma de legitimação dos estudos feministas junto ao conjunto de saberes e domínios das Ciências Humanas. Precisamos, continuando com a autora, indagar muito mais minuciosamente o que queremos saber e como podemos encontrar respostas às perguntas que surgem da nossa experiência, formular nossos argumentos, a partir de nossas premissas e não alhures, na tradição crítica androcêntrica. (SHOWALTER, 1994, p. 28)

Embora o debate e o embate em torno da questão permaneçam, é inegável que a crítica feminista provocou desestabilizações nos sistemas modernos de leitura e explicação do mundo. Seria, porém, ingênuo considerar que as teorias feministas romperam com os modelos de conhecimento dominante nas Ciências Humanas, pois se ocorreram rupturas, também ocorreram permanências em relação à tradição científica ocidental. A convergência entre a crítica feminista e o pensamento pós-moderno, particularmente as formulações de Derrida, Deleuze, Lyotard e Foucault, dentre os principais, foi extremamente fértil, enriquecedora e demolidora porque permitiu desconstruir e mostrar o viés identitário, essencialista, dos conceitos trabalhados nas Ciências Humanas. Ela permitiu questionar e evidenciar a operacionalidade do saber ocidental, informado por relações de poder e fundamentado em categorias reflexivas fechadas, a-históricas, que não permitem pensar a diferença.

Nos domínios da disciplina História, as ressonâncias da crítica pós-moderna e feminista, concomitantemente à da hermenêutica, do novo historicismo alemão e da teoria crítica marxista, foram impactantes, respondendo por um movimento de crítica interna, de interrogação sobre seu próprio campo e de questionamento de seus postulados. Trata-se de movimento de revisão e de redirecionamento que envolveu mudanças no conceito e uso de fontes; na definição dos objetos, problemas e abordagens; na ênfase aos textos, às linguagens, à perspectiva interdisciplinar, à dimensão do cotidiano, às subjetividades, à sexualidade, ao desejo e aos sentimentos, dentre as principais. Em posterior radicalização, observa-se o enveredamento pela crítica ao sujeito e sua proposta desconstrutora de inúmeras dimensões da vida social, cultural e sexual. Esse novo modo de ver que se construía no campo da História, não obstante os preconceitos entre a comunidade de historiadoras/es, finalmente abria espaço para se pensar a diferença e a instabilidade e operar a inclusão dos excluídos, dentre eles, as mulheres. Foi também espaço aberto para a incorporação do gênero na/pela História, como dimensão da vida social e como categoria útil de análise.

Direta e/ou indiretamente, o pensamento da diferença, particularmente a proposta emancipadora e libertária de Foucault, desconcertou a velha História, desestabilizou arraigadas certezas da “história dos historiadores”, esta “espécie de grande vasta continuidade em que se emaranham a liberdade dos indivíduos e as determinações econômicas ou sociais.” (FOUCAULT, 1979, p. 27). Como bem avalia Paul Veyne (1995), o filósofo revolucionou a História, ao questionar seu regime de verdade e propor a mudança do foco de análise dos fatos e eventos para a análise discursiva, para as bases epistemológicas das formas do discurso que

assim os conceberam; ou seja, ao propor a inversão de foco dos objetos previamente dados para as análises dos discursos que constituem os objetos como tais.

O pensamento foucaultiano inspirou, sem dúvida, o movimento de crítica interna da História e de construção de uma epistemologia feminista, ao questionar os fundamentos daquela disciplina, ao projetar luz sobre dimensões/objetos até então por ela ignorados, a criar expressões capazes de traduzi-los e expressá-los (RAGO, 2000, p. 28). Com efeito, o desafio de incluir as mulheres na História, e de conferir-lhes visibilidade e dizibilidade historiográficas não poderia ser feito a partir das premissas de um saber disciplinar androcêntrico que até então as excluía.

Mais ou menos alinhados com aquelas críticas, historiadoras e historiadores brasileiros têm, a partir dos anos 1970, documentado a presença das mulheres na história no esforço de historicização de seus percursos como sujeitos/objetos históricos. Surgiram livros, revistas, artigos, teses, dissertações, editoras, centros de pesquisa, grupos de estudo, áreas de concentração e linhas de pesquisa, políticas públicas, enfim, todo um aparato discursivo configurador de um campo de conhecimento histórico sobre as mulheres, a outra metade da humanidade até então silenciada pela historiografia. Sob as rubricas “História da Mulher”, “História das Mulheres” e/ou “Estudos de Gênero” evidencia-se o projeto comum de conferir inteligibilidade à experiência histórica das mulheres; ou, conforme a perspectiva pós-moderna, à experiência configuradora do sujeito histórico, a “uma história do sujeito”, na qual a linguagem é o local de sua encenação, como defende Scott (1999, p. 42).

Tal como ocorreu nos Estados Unidos e na Europa, também aqui a História das Mulheres, a produção do conhecimento histórico sobre elas, encontra-se vincada pela heterogeneidade de temas, métodos, abordagens e interpretações. É um domínio da História que se encontra atravessado por tensões e disputas entre os padrões pré-estabelecidos da disciplina, as influências interdisciplinas – particularmente os campos da Antropologia, Sociologia, Linguística e Psicologia Social – e as teorias feministas. Tensões derivadas também das disputas entre certa tradição de uma postura não teórica da História e a defesa de uma epistemologia própria, por parte de muitas teóricas feministas (SCOTT, 1992, p. 67). Padece, igualmente, das dificuldades de legitimação próprias de um domínio relativamente recém-configurado, com tradição ainda não pronta e largamente definida e identificável no campo da História.

Acrescente-se, ainda, o arraigado preconceito existente na comunidade, expresso na resistência e/ou recusa quanto à legitimidade dos estudos sobre as mulheres. Tal postura inviabiliza a ampliação do debate, circunscrevendo-o, talvez mais intensamente do que ocorre com outros domínios da História, ao circuito feminista e/ou simpatizante. Essa limitação é preocupante, não apenas pelo fechamento do próprio campo, mas porque aponta para a inclusão diferenciada e desigual das mulheres no discurso historiográfico (MUNIZ, 2010, p.70). As mulheres são ainda percebidas e reconhecidas como tema/objeto/sujeito relativamente menos relevantes da/na experiência do passado, e como tal, significadas de forma diferenciada e desigual no discurso historiográfico. Trata-se de uma hierarquização que expressa a “violência simbólica praticada no campo da História em relação às mulheres, primeiramente, pela exclusão, e depois pela inclusão diferenciada e desigual” (MUNIZ, 2010, p. 71). Não é

outra senão, essa, a dimensão daquela violência operante na produção do conhecimento e nas relações sociais. Não por acaso, o protagonismo das mulheres e dos feminismos torna-se visível e dizível nas narrativas históricas apenas nos espaços da privacidade, da subjetividade e dos sentimentos. Esses permanecem ainda significados no campo hegemônico da História como menos importantes, como o lugar da “privação”, da “ausência ou do sentimento de não existir”, como definiu Hannah Arendt (1995). A política, a guerra e a economia mantêm-se como o lugar da “experiência concreta” e da inteligibilidade histórica.

Tal permanência aponta-nos para a força da tradição androcêntrica no campo da História, apesar e por conta de uma ação em torno da politização do privado. Se o “pessoal é político”, como expressa um dos mais “importantes *insights* do pensamento feminista”, pelas possibilidades abertas de se pensar e representar o mundo, de expor conexões e imbricações entre o privado e o público, sua incorporação na/pela historiografia tem sido limitada e problemática. Esta foi operada em meio à diluição das duas instâncias e da negação da tensão entre elas; ou, então, ocorreu por meio da nítida separação entre elas, também sem tensões, reservando e restringindo a atuação política das mulheres ao espaço da vida privada, o lugar “delas”. Tanto o amálgama como a distinção vão de encontro à proposta feminista de redefinição do político, pois representam “a negação de um dos principais fundamentos do feminismo: a luta política” (LOURO, 1997, p. 149). Como defende Louro,

[...] ao contrário dessa diluição das instâncias, parece-me que está aqui implicada uma nova compreensão dos sujeitos e da sociedade, na qual as mulheres são percebidas como sujeitos sociais e políticos e ainda como sujeitos do conhecimento – o que era negado na concepção iluminista moderna. (LOURO, 1997, p. 149)

Da invisibilidade à visibilidade que ainda se apresenta problemática, porque hierarquizada, a incorporação das mulheres na historiografia compreende um movimento de constituição de uma área de conhecimento cujo percurso se inscreve e se entrecruza com o dos feminismos contemporâneos, bem como com o da historiografia brasileira. Trata-se de movimento que, não obstante suas especificidades, acompanha o do campo historiográfico brasileiro, até porque se inscreve nele, é constituído, mais ou menos fielmente, à luz das regras e constrangimentos, das relações de poder, das disputas políticas e ideológicas que o atravessam (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 194). Tal inscrição não exclui, porém, a dimensão de especificidade da área de conhecimento histórico, traduzida em seus próprios padrões temáticos, teóricos e críticos, problematizações, abordagens e linguagens, marcas que a distingue dos demais domínios do campo historiográfico. Embora reconhecendo os perigos e riscos envolvidos em qualquer esforço de generalização, é possível identificar cinco principais direções no movimento de escrita da História das Mulheres no Brasil.

A primeira delas, com emergência nas décadas de 1960/1970, traduz-se em uma escrita da História cujo propósito é o de conferir visibilidade às mulheres, retirando-as do silêncio discursivamente produzido acerca de sua presença histórica. A incorporação das mulheres na História é operada sob a lógica da complementaridade, de acrescentar algo que estava faltando, sem questionar, porém, os termos dessa exclusão. Trata-se da produção de conhecimento sobre as mulheres tributário da História Social, no uso que faz de referências teórico-metodológicas

de inspiração marxista, sob a lógica das identidades prontas, fixas, estáveis. Produz uma História reduzida ao esquema binário dominador/dominado, ignorando as mediações, bem como as construções simbólicas e culturais dos agentes em suas experiências de vida. Os estudos desse momento enfocam a “passividade da mulher, frente à sua opressão, ou de sua reação apenas como resposta às restrições de uma sociedade patriarcal” (SOIHET, 1997, p. 278). Conferem visibilidade às mulheres, enclausurando-as, porém, em um modelo normativo de “mulher”, fundado em uma suposta essência ou condição feminina.

A partir de 1980, surge outra direção nesse movimento da historiografia das mulheres, acompanhando os redirecionamentos ocorridos na História Social e nas agendas feministas, sob influência do pensamento thompsoniano, principalmente, mas não exclusivamente. É visível a preocupação em incorporar as dimensões da experiência e da cultura na leitura do social, de se proceder a uma abordagem cultural do social e/ou vice-versa. Emerge aí o que Margareth Rago (1995, p. 82) denomina “segunda vertente” dessa historiografia social das mulheres, centrada em

[...] revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multi-facetadas de resistências à dominação masculina e classista.

A ênfase das teorias feministas na diferença, concomitante à crítica disciplinar às metanarrativas, às teorias sociais globais, ao estatuto de inteligibilidade da História, desenha os contornos de uma terceira direção no movimento da historiografia das mulheres. Observa-se, a partir dos anos 1980, a profunda mudança no campo, com o enfoque nos textos e nas linguagens, no descentramento do sujeito, com o enveredamento para a cultura, para a emergência de uma nova História Cultural.

Nessa “virada” que priorizou as linguagens, a interdisciplinaridade, a abordagem analítica desnaturalizadora, as práticas e representações sociais, dentre as principais perspectivas, novas possibilidades são criadas para se pensar a diferença, para se proceder a uma leitura aberta e atenta à pluralidade das experiências históricas, à instabilidade das categorias históricas, ao descentramento do sujeito. Não por acaso, os Estudos Feministas e a História das Mulheres aproximam-se e dialogam com a Nova História Cultural, pois propõem justamente a desconstrução da categoria “Mulher”, que remete a uma identidade social fixa – branca, cristã, ocidental, escolarizada, classe média – para se considerar as possibilidades do múltiplo, heterogêneo e do instável na/da experiência constituidora dos sujeitos históricos; enfim, para se pensar os processos de identificação como construções sociais, linguísticas, culturais, isto é, históricas, e não biologicamente determinadas (MUNIZ, 2003, p. 34).

São visíveis, nessa guinada, as ressonâncias do pensamento da diferença, particularmente as reflexões de Foucault. A operacionalidade do poder, as complexas e imbrincadas relações entre poder e saber, a ampliação temática e de fontes, os processos de objetivação e subjetivação, a inversão das evidências, a mudança de foco da análise, as descontinuidades e dispersões, são algumas marcas indeléveis da sua presença perturbadora na História. Esta, não mais pensada como sinônimo do passado, mas como um discurso sobre ele; o discurso pensado “como prática instituinte e não como reflexo de um suposto real” (RAGO, 1995, p. 88).

É justamente em meio a esse contexto de mudanças, terreno fértil e promissor para novas possibilidades de escrita da História das Mulheres, que ocorre a introdução, no Brasil, do gênero como “categoria útil de análise histórica” (SCOTT, 1990). Sua incorporação aos estudos históricos imprime outra direção ao movimento de configuração da historiografia das mulheres no Brasil, apesar do desconhecimento inicial, pois era conceito importado do norte, vindo de fora, da História e do país. Um dos estudos pioneiros dessa época, o trabalho da historiadora norte-americana Joan Scott, tornou-se leitura obrigatória no Brasil para quem trabalhasse no início dos anos 1990 com o tema das mulheres.

O uso do gênero como perspectiva e categoria de análise histórica apresentava-se potencialmente promissor para o projeto feminista de transformação das relações sociais e de estruturação do conhecimento. Embora não ocorresse um consenso entre as feministas, muitas delas apostavam no conceito como resposta para o impasse existente: a prática política de afirmação de uma identidade, o essencialismo estratégico, e a negação teórica da lógica da identidade e da centralidade do sujeito. Gênero também foi usado como chave de leitura para enfrentar este dilema, como ferramenta útil para quebrar a lógica essencialista das identidades, eixo fundante da inferioridade feminina na tradição oitocentista ocidental.

O uso do gênero como instrumento analítico, não obstante seus problemas e limites, operou alguns deslocamentos no sistema de pensamento, dentre eles, a percepção da ordem cultural como modeladora do feminino e do masculino. Nesse sentido, um de seus principais ganhos foi a “negação epistemológica de qualquer tipo de essência à mulher” (COSTA, 1998, p. 134). Com efeito, o uso crítico do conceito resultou em entendimento compartilhado por muitas feministas da construção do gênero como “produto e processo de sua representação” e de seu funcionamento como “complexa tecnologia social”, nos termos propostos por Lauretis (1994, p. 206-232).

No caso da História das Mulheres, essa categoria relacional encontrou terreno favorável, já que possibilitava, naquele momento de mudanças teóricas, pensar diferentemente a História, libertando-a de esquemas prévios, fechados e redutores. Possibilitou, indiscutivelmente, incorporar a dimensão sexual que habita nossas práticas sociais cotidianas, até então ignoradas e/ou desconsideradas pelos estudos históricos. O uso do gênero colocou, enfim, em evidência, como avalia Rago (2000, p. 37),

[...] a necessidade de se pensar o campo das interpretações culturais, a construção dos inúmeros significados sociais e culturais pelos agentes históricos, as práticas da representação, deixando claro que o predomínio prolongado da História Social, de tradição marcadamente marxista, secularizou demais o campo da subjetividade e da dimensão simbólica.

As potencialidades subversivas e emancipadoras contidas na proposta do gênero foram, porém, limitados nos usos e abusos que a História dele fez. Excetuando-se alguns poucos trabalhos que apostaram no potencial inovador da proposta, seu uso, na e pela História, ocorreu predominantemente de modo descritivo, acrítico, incorporando-o a uma narrativa já pronta, como que acrescentando algo ou dimensões até então ignoradas por serem consideradas inexistentes. Sob denominações diferentes e aproximadas – História das Mulheres/Estudos

de Gênero – efetivou-se a apropriação e incorporação do gênero na historiografia como sinônimo de mulher/mulheres e por oposição ao sexo, reafirmando a lógica binária na leitura da experiência das mulheres. Esse modo simplificado e limitado do uso do gênero na e pela História acabou por reafirmar, na “história da mesmice produzida, a partilha binária e desigual entre os sexos, que sua proposta tinha justamente em mira desconstruir” (MUNIZ, 2008, p. 124).

A crítica a essa simplificação, à “domesticação do gênero”, que, de certa forma, permitiu e/ou traduziu certa despolitização dos Estudos Feministas na academia, anuncia os traços de outra direção no movimento da historiografia das mulheres. Ainda bastante imprecisa, indefinida e com diversas matizes, essa direção se desenha com as linhas da heterogeneidade, multiplicidade e instabilidade das diferentes propostas e perspectivas teóricas ali abrigadas. Pelo lado da crítica feminista, convergências e divergências quanto ao uso do gênero por oposição ao sexo, ou como “inscrições sociais indissociáveis” (BUTLER, 2003, p. 165), que unem e dividem suas teóricas. Predomina, porém, a avaliação comum de que, contrariamente ao buscado, ocorreu a reafirmação do binarismo, do viés normativo, da lógica identitária, comprometendo a eficácia do uso do gênero quanto à ruptura desse modo de ver, de sua força no estilçamento do modelo dominante de produção do conhecimento nas Ciências Humanas. O movimento entre as teóricas feministas foi o de abandono do gênero e o investimento em outras possibilidades, outros caminhos.

Um deles é o que questiona a pertinência do estabelecimento de um conjunto de conceitos teórico-metodológicos assentados, estáveis, mais ou menos indiscutíveis e aceitos por todas/os. A proposição de suas teóricas é justamente “operar com categorias analíticas instáveis, e movimentar-se em meio a um campo teórico que está em contínua construção, que acolhe a crítica como parte de sua construção” (LOURO, 1998, p. 145). É a posição defendida por feministas como Harding, ao explicitar a exigência de se “aprender a aceitar a instabilidade das categorias analíticas” e também de “usar as próprias instabilidades como recurso de pensamento e prática” (HARDING, 1993, p. 08).

As ressonâncias desse debate encontram-se mais ou menos diluídas no campo da História das Mulheres, que permanece vincado pela diversidade temática, de perspectivas, de abordagens, interesses e visões de mundo. Diversidade, essa, que se expressa “na existência de vertentes que enxergam a teoria como ferramenta indispensável à construção do conhecimento histórico sobre as mulheres” (SOIHET, 1998, p. 86) e também de outras que recusam a pertinência de uma epistemologia feminista “em nome do caráter fluído, ambíguo, do tema em foco: as mulheres como seres sociais” (SOIHET, 1998, p. 86). Diversidade igualmente manifesta no uso descritivo do gênero na abordagem dos sistemas normativos, das práticas institucionais, das expressões da subjetividade feminina e masculina. Diversidade, enfim, evidenciada na pluralidade de formas, tons e cores do mosaico que representa o campo.

Há, porém, alguns traços de aproximação, “forças de territorialização”, em meio e em disputa, e também simbiose, com as de “desterritorialização”, para usar expressões de Deleuze: o esforço comum em tornar as mulheres sujeito/objeto das narrativas históricas. Associada a isto, a preocupação compartilhada no sentido de enfatizar o protagonismo histórico das mulheres, investindo na “possibilidade de construir as diferenças e de explorar a diversidade dos papéis informais femininos” (SILVA, 1991, p. 49). Outro traço homogeneizante

na historiografia das mulheres é o predomínio das análises no âmbito do privado e do cotidiano social, reafirmando-os como “espaços femininos”, o que é bastante problemático. Afinal, se os estudos históricos sobre as mulheres priorizam a vida privada, sem sequer problematizar a esfera pública, sem atentar para as tensões e também relações e intercessões entre as duas dimensões da vida social, permanece a representação daquela como área de domínio masculino, significado como lugar de fala e do sujeito. A partilha assimétrica e o impasse permanecem.

Ao refletir sobre os limites e possibilidades de uma História das Mulheres, a historiadora Tânia Swain avalia que este domínio, embora reconhecido academicamente, incorporou as mulheres sob o signo da “especialidade feminina” para melhor desarticulá-las em seu lugar de poder. Ela propõe, combativamente, em resposta, outra História, outro modo de operar a inclusão das mulheres, uma “história do possível”. História, essa, escrita a partir de um olhar feminista sobre os documentos, comprometido com a exigência da “descoberta de faces diversas, inusitadas, que povoaram o caminhar humano, ocultas à pesquisa pelos moldes interpretativos do patriarcado (SWAIN, 2014, p. 618).

Ao investir no desconhecido, na instabilidade, na multiplicidade e no inusitado da experiência temporal, a historiadora aposta na dissolução das narrativas neutras que ignoram aquilo que mais interessa aos poderes e aos regimes de verdade do presente. Ela aposta, enfim, em uma História

[...] capaz de criar a inquietação, a interpelação capaz de suscitar a mudança [...] levantar questões e perseguir incansavelmente a diversidade, para escapar à trama do unívoco, do homogêneo, da monótona repetição do mesmo, que nos faz reiterar uma história sem fim de dominação e exclusão entre feminino e masculino. (SWAIN, 2006, p. 05)

Penso que esta é uma proposta com múltiplas possibilidades, a principal delas, a de uma mudança no modo de pensar e narrar o passado e de estar no mundo. Pensar a História, libertária e diferentemente, investindo em suas possibilidades emancipadoras e não aprisionadoras, como um “fardo a pesar sobre nós, impondo ao futuro um sentido já inscrito no passado” (GUIMARÃES, 2000, p. 21). Pensar a História, investindo e reafirmando nossa localização no mundo como pessoas com direitos a ter direitos, com respeito às nossas escolhas. Pensar a História, insistindo em nossa historicidade, apostando em um horizonte de transformação das relações humanas.

Referências

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O historiador naïf ou a análise historiografia como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel L. Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 11, 1998.

DESCARRIÈS, Francine. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. **Textos de História**. Dossiê Feminismos: teorias e perspectivas. Brasília, DF: UnB/PPGHIS, v. 8, n. 12, 2000.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectivas históricas e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de O. e BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos; São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. **História em revista**. Pelotas/RS: Universidade de Pelotas, v. 6, 2000.

HARDING, Sandra (Ed.). **Feminism & Methodology**. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press/Open University Press, 1987.

_____. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, v. 1, n. 1, 1993.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Sobre gênero, sexualidade e *O segredo de Brokeback Mountain: uma história de aprisionamentos*. In: STEVENS, Cristina e SWAIN, Tânia Navarro (Org.). **A construção dos corpos: perspectivas feministas**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008.

_____. Mulheres na historiografia brasileira: práticas de silêncio e de inclusão diferenciada. In: STEVENS, Cristina *et al.* (Org.). **Gênero e feminismo: convergências (in)disciplinares**. Brasília/DF: Ex Libris, 2010.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

_____. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pilar (Org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS/FACED, v. 15, n. 2, 1990.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SHOWATER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SWAIN, Tânia Navarro. Histórias feministas, história do possível. In: STEVENS, Cristina, OLIVEIRA, Susane Rodrigues e ZANELLO, Valeska (Org.). **Estudos Feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2014. Disponível em: <<http://www.coloquiofeminista2014.com>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

_____. Identidade para que te quero? In: GONÇALVES, M. T. *et al.* (Org.). **Escritas da história: intelectuais e poder**. Goiânia: UEG, 2006.

*Recebido em 28 de fevereiro de 2015
Revisado em 05 de novembro de 2015
Aceito em 10 de novembro de 2015*